



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

**SENTENÇA**

Processo nº: **1008810-40.2017.8.26.0037**  
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Anulação de Débito Fiscal**  
Requerente: **Cavifortis Fertilizantes Ltda**  
Requerido: **'Município de Araraquara**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

**CAVIFORTIS FERTILIZANTES LTDA**, qualificado nos autos, ajuizou a presente ação de anulação de auto de infração e imposição de multa, em face do **MUNICÍPIO DE ARARAQUARA**, alegando que foi autuado por infração constante no artigo 308 c.c artigo da Lei Complementar nº 17/97. Afirmou que o AIIM está eivado de nulidade vez que não ocorreu a incidência do fato gerador do ISSQN, porquanto não executou prestação de serviço que originasse o fato gerador do referido imposto. Pleiteia, assim, a anulação dos lançamentos fiscais contido no Auto de Infração e Imposição de Multa de nº 585/2016, Processo Fiscal nº 088.916/2013 e Identificação nº 1293161-9. Com a inicial de vieram os documentos.

Citado o requerido apresentou contestação, pelo que, rechaçou, pontualmente, os fatos e fundamentos nos quais a autora fundamentou sua pretensão.

Houve réplica.

O feito foi saneado com a determinação de produção



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

de prova pericial que foi, posteriormente, cancelada a pedido da autora.

**É O RELATÓRIO.**

**FUNDAMENTO E D E C I D O.**

A ação é improcedente.

A autora alega que não realizou qualquer atividade de prestação de serviço que desse ensejo a ocorrência de incidência do ISSQN, porquanto não prestou serviços que originasse o fato gerador do imposto. Alega ausência de inscrição junto ao sistema AIDF – Autorização para Impressão de Documento Fiscal, o que impossibilita emissão de nota fiscal e consequentemente não perfaz a criação e recebimento por parte de senha de acesso ao sistema GISS ON-LINE.

Apesar de a autora alegar que não efetuava a prestação de serviços de transporte, em seu contrato social (fls. 13/17) consta na cláusula 3 que a empresa tem por objetivo a exploração do ramo de Comércio Atacadista e Representação de Fertilizantes, Transporte Rodoviário de Cargas em geral, inclusive produtos perigosos, Municipal, Intermunicipal, Interestadual e Internacional. Assim para dúvidas sobre a alegação de ser somente um representação comercial.

Ainda, o documento de fls. 58/61 comprova a inscrição da autora no sistema GISS, havendo escrituração em aberto.

No mais, conforme o artigo 113 do CTN, § 3º, ainda que a autora não tenha efetivamente efetuado o transporte de produto como atividade principal e sim como acessória, pelo simples fato de sua inobservância se converteria em obrigação principal.

Enfim, caberia a autora fazer prova do alegado, não sendo do requerido a obrigação de demonstrar a ocorrência no cadastro no sistema GISS.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Nestes autos, a autora não conseguiu comprovar suas asserções exordiais, claudicando com o ônus processual, pelo que, ao convencimento deste Magistrado, dever sobrepujar a presunção de legalidade e legitimidade do ato administrativo, em detrimento da pretensão aqui deduzida.

Ante o exposto, julgo a ação **IMPROCEDENTE**.

Arcará a autora com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios da parte adversa, que fixo em R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Oportunamente arquivem-se

P.I.C

Araraquara, 08 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**